

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 2 de março

É já sabida e confessada a impotencia do governo para acabar com a revolução. O ex-duque de Saldanha escrevendo para Lisboa exprime-se assim:—«A revolução é como a hydra; quantas cabeças se lhe cortam, tantas mais renascem, e com mais força e vigor.»

D'esta reconhecida importancia para destruir o principio popular nasce o appello continuo para a intervenção estrangeira, que é a maior prova da nossa nacionalidade e da nossa força.

Se os povos victoreiam por toda parte o ex-duque de Saldanha, se odeiam e detestam os nacionaes, se a junta do Porto está dividida, se a sua tropa arde no desejo de se entregar, para que se estende a mão ao paiz visinho esmolando uma intervenção vergonhosa? Pois com tantos recursos é necessario implorar o auxilio dos batalhões de Castella? Não basta que o *adorado* Saldanha ataque as trincheiras do Porto para que tudo corra aos seus braços? Não basta a sua espada *invicta* do *Belfast*, do *Chão da Feira* e *Ruivães* para dissolver uma junta já desunida?

E essa intervenção pede-se sem dissimulação e sem disfarce. Eis aqui o que se lê no *Diario* de 26 do passado:

«Mais uma razão para que o governo da Hespanha, e os verdadeiros liberaes d'ella, se interessem pela victoria dos bons principios na «questão portugueza»

E quando se diz isto? Será quando a revolução miguelista apresenta probabilidades de triumpho? Será quando a união de dois grandes partidos assoberba a côrte? Nada d'isso. E' quando se declara a junta do Porto desamparada de todo o auxilio. Ouvi o *Diario* n'essa mesma folha:

«O povo carregou o valente Cesar, gritando que se uniria gostosamente aos subditos «feis da rainha, pórem em nenhum caso á «junta do Porto.

«Os proprios guerrilhas em numero de 800 «que se achavam unidos ao general miguelista «Bernardino, teem entendido que é mais prudente irem para suas casas, e estão hoje reduzidos a 200, se acaso.»

Mas a coalisão, esse pacto immoral? Que-reis saber o que ella é na mesma folha do *Diario* aonde se pede o auxilio estrangeiro para obstar ás suas consequencias? Lêde o seguinte periodo:

«Vai-se mostrando por toda a parte inutil o «plano dos setembro-miguelistas. O proprio padre Cazimiro prosegue em suas correrias, independente da junta soberana, e puramente a favor de D. Miguel. — Foi mais um crime sem gloria e sem proveito de que se carregou a facção do Porto.»

No *Diario* de 23 apparece um officio do governador civil de Villa Real, no qual se diz que o general Bernardino se vira obrigado a fugir de Guimarães, terminando assim a revolução realista na mesma villa e provincia.»

Aproximámos estes diversos trechos para se vêr a sua contradicção, e a miseria da causa ministerial e dos defensores d'ella. Quando querem alardear nacionalidade para encobrirem a sua fraqueza, declaram que a junta do Porto é abandonada pelos proprios miguelistas, e que a força d'estes desaparecera ou se conserva separada do nós — quando imploram a intervenção estrangeira allegam para a justificar uma união hypostatica que ameaça as duas corôas da península. Felizmente as duas proposições são contrarias, e como, em termos de escola, a sua materia é contingente, ambas são falsas.

Mas depois de tudo isto o que existe real é que o governo pede a intervenção; que a Hespanha lh'a quer dar; e que a Inglaterra não a consente.

Diz-se haver uma carta de Costa Cabral em que se affirma que o gabinete de Madrid consente na intervenção, e que Luiz Philippe, de quem elle é humilde servidor, não se lhe op-

põe. Esta noticia chegou ao conhecimento de sir G. H. Seymour, o qual se diz que fôra immediatamente ter com el-rei a fim de lhe certificar, como já fizera antes da entrega da sua credencial, que a Inglaterra não consentiria em semelhante interferencia.

Conta-se que houvera um dialogo interessante entre o ministro de S. M. B. e o sr. D. Fernando. Este não podendo sustenlar o caso da intervenção declarou «que isso era cousa do Saldanha, que reputava necessaria a interferencia» e disse ao embaixador que se entendesse com D. Manuel de Portugal. Sir G. H. Seymour desgostou-se d'esta resposta, retorquiu que fazia declaração a S. M. por ser elle commandante em chefe do exercito, e a pessoa mais qualificada do governo. El-rei disse então «que D. Manoel era homem de bem:» Não entendemos a significação d'este dito. — Quererá dizer que os outros ministros não são homens de bem, ou que o ministro inglez os não considera como taes?

Diz-se que depois d'isto sir G. H. Seymour despachára um correio para Madrid.

Eis-aqui o que passa como certo, e que sabemos de bom canal.

Concluimos pois que Saldanha se julga perdido, e reclama o soccorro de Castella para o vir livrar das forças populares. Nem outra interpretação se pôde dar á sua exigencia.

Mas essa intervenção não se verificará, porque a Hespanha, impotente para estabelecer a paz no seu territorio, mal pôde ameaçar os seus visinhos, e quando a França, a quem o governo de Madrid obedece cegamente, a incitasse a isso, encontraria uma nação mais forte que lhe faria seguir uma direcção differente.

A Hespanha é uma nação valente e esforçada, mas a Hespanha não é cúmplice nos erros dos seus estadistas. Aquelle povo geme como nós afflicto e oppresso, e o seu governo escarnece os seus soffrimentos, e humilha o seu pun-donor: o governo de Hespanha qualifica-se pelo seguinte facto—casou a rainha Christina com um granadeiro por considerações moraes, e desterrou o infante D. Henrique por querer casar com uma condeça!

A nação portugueza que se rio das bravatas de Saldanha receia pouco dos Cabraes de Madrid; e se o *Espectro* commemora o facto da intervenção é só para mostrar que a nossa cõrte se julga perdida, e que espera em vão por auxilio estrangeiro.

Houve hontem supplemento. A cousa valia a pena. Era para noticiar ao publico que os valentes de Evora com *mil infantes e oitenta cavallos* tinham atacado a praça de Estremoz.

O regosijo foi universal, o que poucas vezes acontece. Os cabralistas alegraram-se porque a praça não foi tomada no primeiro assalto; os

liberaes congratularam-se com a confissão d'aquella força respeitavel dos *mil infantes* e dos *80 cavallos* que sahem a atacar praças levando diante de si o Shwalback e o ex-barão de Estremoz.

O Salazar Moscoso esperava novo assalto, e é de crer que n'esta arremettida a praça fosse tomada. Accrescentava que o conde de Mello se retirára para Veiros afim de marchar para Portalegre; e o *Diario* diz que o mesmo conde volta para Evora. O que é certo é que nem um nem outro sabem o que hão de dizer.

O que é mais de notar na parte official cabralista é o seguinte:

«N'estas circumstancias parece que as forças que marcharam de Lisboa para o Alemtejo podem realisar a sua marcha com toda a segurança, não tendo inimigo nos flancos ou na «rectaguarda.»

Vejam por isto que tal é o medo. O batalhão provisório que d'aqui sahiu não pôde marchar de Aldea Gallega por diante por dois motivos — 1.º porque desertava todo para os liberaes — 2.º porque tinha receio de ser surpreendido. Para evitar qualquer revez, marchou o Shwalback com toda a sua divisão para o escoltar a fim de não desertar o resto, e de não ser apanhado pelos de Evora.

A' vista de tudo isto podemos contar que o Alemtejo está limpo d'aqui a dias dos facciosos, porque aos *mil infantes* que sahiram de Evora se vão reunir os batalhões que alli chegaram ou estão a chegar do Algarve, e que não tardarão a bater ás portas da capital.

O *Diario* compraz-se em noticiar imaginarias desintelligencias no Porto. Podemos asseverar-lhe que reina alli a mais completa harmonia.

Aonde lavra a desintelligencia é nos cabralistas de Lisboa, e para fazer desviar d'ella a attenção é que o *Diario* se affadiga nas suas ridiculas invenções.

O ex-conde do Tojal é guerreado como o Sousa Azevedo; tudo está já voltado contra elle. O agio das notas tem subido.

O actual ministro da fazenda entende como nós que a reunião do banco e confiança fora uma calamidade publica, porque fora a junção de dois fallidos; entende que o curso forçado das notas é um mal, e que a amortisação é illusoria.

Diz o mesmo ministro que não collocará as cousas no pé em que estava, mas que é forçoso que a amortisação seja de 50:000\$000 rs. mensaes em lugar de 18:000\$000, e que as notas sejam recebidas na terça parte dos pagamentos em vez de o serem na totalidade.

D'aqui vem toda a desintelligencia. O banco não pôde amortisar, nem amortisa os 18 contos, e por isso é-lhe impossivel amortisar 50. Se as notas entrarem, sómente na terça parte

dos pagamentos, cessa em grande parte (em todas as pequenas transacções que são por isso mais numerosas) o curso forçado, e ficam valendo tanto como os títulos das tres operações. De qualquer dos modos, a morte do banco é infallivel.

A intriga lavra pois. As notas, cujo agio se esperava que descesse, sobe, e as ambições não estão satisfeitas.

O ministro da fazenda além d'isso adopta expedientes, que nada remedeiam. Pensou que tinha salvado o paiz admittindo á circulação aguias e mais aguias d'ouro dos Estados Unidos, e onças, meias onças, quartos, meios soberanos, e patacas brazileiras, perovianas, chilenas, bolivianas, columbianas e de Buenos Ayres! De que serve toda essa farragem de nomes? Julgam que o dinheiro vem ahi sem haver valores que o compensem? Porque não manda o sr. João d'Oliveira cada um dos directores do banco para as quatro partes do mundo auctorizados para assignarem notas, e mandarem para cá o ouro e a prata em troco d'ellas?

E depois para cumulo da miseria o mesmo ministro foi publicar o decreto que abuliu as duas decimas nos juros da divida externa! As razões, que para semelhante abolição se allegam, são miseraveis. Diz-se que nos respectivos bonds se acha consignada a clausula—«de que o pagamento dos dividendos se fará mediante a apresentação das cedulas annexas ás apolices, e livre de toda e qualquer despesa ou deducção aos portadores das ditas apolices ou cedulas dos dividendos!» Assim estava consignado nas inscripções da junta do credito publico; e o parlamento de 1841 lançou-lhe uma decima! Aonde está pois o principio de justiça que se invoca a favor d'uns, e que se despreza a favor dos outros!

Mas os verdadeiros motivos da deducção das duas decimas achamo-los nós n'uma proclamação cabralista, que por ahi corre impressa. Esta proclamação é uma resposta ás ineptias do *Diario*. Transcrevemos apenas um trecho d'ella. Ei-lo:

«Por ultimo o articulista (do *Diario*) insultou a maioria da capital acoimando de manejos sordidos a manifestação geral e franca, sem motins nem assuadas, que teem havido na maioria de todas as classes, de uma quasi unanime reprovação dos manejos sordidos do «Roma e seus consocios—das medidas sordidas d'um ministro que recebe luvas das transacções sobre os fundos portuguezes em Londres nas «vesperas do decreto de 29 de janeiro (que já «foi para Londres no paquete mas ainda se não «publicou em Lisboa)... Não nos puxem pela «lingua. Não nos insultem ainda em cima de «nos embassarem.... Bem basta a miseria geral!....»

Este é que é o verdadeiro relatorio do decreto—são as luvas. E o Tojal é cumplice n'es-

te roubo porque lucra com elle. O sr. João de Oliveira tem fundos portuguezes, e por isso interessa na publicação do decreto. Ainda elle póde concorrer para as luvas.

Não ha muito que o *Espectro* noticiou a sahida do sr. Henrique Walsh d'esta cidade para a do Porto. O *Nacional* d'aquella cidade transcrevendo o nosso artigo, poz-lhe a seguinte observação.

«Por cartas particulares de Lisboa se sabe «que este inglez foi para Londres negociar por «conta do Souza Azevedo, comprando inscripções, que este quer fazer subir abolindo a ultima decima lançada aos juros d'ellas pelo «ministerio Palmella! Depois de ter comprado publicar-se-ha o decreto! Antes de sahir do «ministerio quer roubar mais alguns contos.»

O roubo está pois provado. *Quid adhuc egemus testibus?* Por via dos interesses deshonestos d'uns poucos de homens é carregada uma nação com uns poucos de centos de contos de réis!

E este roubo prejudicando a Portugal nem por isso aproveita aos possuidores dos nossos bonds, porque elles bem sabem que o pagamento do dividendo integralmente é impossivel com esta administração. O correspondente do *Times* que é cabralista puro, escreveu para Londres em 10 de fevereiro o seguinte:

«De nada servem os esforços do governo para levantar ahi um emprestimo, em quanto «presistir no curso forçado das notas do banco. «Como póde elle emprehender pagar integralmente 4 por cento, quando as notas do banco, em que a junta do credito publico recebe as suas rendas, estão n'uma depreciação «tão enorme que produzem um deficit de 30 «por cento?»

Eis ahi como os inglezes avaliam o favor!

O ministerio augmentou assim o nosso encargo annual em mais de trezentos contos (306:510\$490 reis.)

A junta do credito publico recebendo em notas, e sendo obrigada a pagar em metal, além do cambio de Londres, tem ainda de perder nas notas mais de quatrocentos e cinquenta contos (459:765\$735 reis.) Isto é temos um acrescimo de despeza annual de mais de setecentos e sessenta contos! (766:276\$225 reis.)

E tudo isto por via das luvas do sr. Sousa Azevedo, e dos bonds do sr. João d'Oliveira!

Os cabralistas que não entraram no roubo veem isto, e lamentam-no, ralham, queixam-se, e ahi começa a intriga.

Para esta séria desintelligencia é que o *Diario* deve olhar. Não lhe importe o que vai no Porto, e se acredita n'isso, escreva ao ex-duque de Saldanha para avançar depressa, e aproveitar-se da discordia.

Bem sabe o governo que o Porto está inexpugnavel, e que só a nossa divergencia lhe poderia dar a victoria. Pois não se afflija.—Nem

o conde das Antas tem inveja dos vivos que se dão ao Povoas, nen o Povoas a tem dos que se dão ao Antas. A igreja catholica ainda que admitte um só Deus, uma só fé, tambem admitte a veneração dos varios santos. Podemos ter differentes invocações sem prejudicarmos o dogma. O *Diario* devia saber isto se applicasse á leitura da historia ecclesiastica, como lhe cumpria, o tempo que passa a ler a Martinhada.

ACTOS OFFICIAES

FAZENDA

A junta provisoria do governo supremo do reino, considerando que a maioria da nação tem reconhecido o governo supremo organizado n'esta invicta cidade, e prestando lhe obediencia; e que o governo de Lisboa apenas domina a capital, e alguns pontos occupados militarmente, convindo adoptar medidas efficazes para regularisar a fazenda publica, e evitar os males que pôdem vir á nação das providencias que aquelle governo está decretando para prolongar a sua existencia governamental por mais alguns dias: manda, em nome da nação e da rainha, declarar:

1.º Que todos os emprestimas feitos ao actual governo de Lisboa—são nullos.

2.º Que os mutuantes ficam sem direito algum para receber os dinheiros que emprestarem ou adiantarem ao mesmo governo, cuja missão se reduz a opprimir o paiz e a conservar a rainha em coacção.

3.º Que todos os empregados de fazenda devem resistir, não cumprindo as ordens que lhes forem dirigidas pelo referido governo sobre a distribuição e applicação dos dinheiros publicos e remetter os mesmos dinheiros aos cofres centraes dos districtos sujeitos a esta junta.

As authoridades a quem o conhecimento do presente decreto pertencer assim o tenham entendido e façam executar. Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino, no Porto, em o 1.º de novembro de 1846.—*José da Silva Passos*, vice-presidente — *Francisco de Paula Lobo d'Avila* — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Sebastião d'Almeida e Brito* — *Antonio Luiz de Seabra*.

PARTE OFFICIAL CÚRIOSAS

Estado maior general—Repartição do ajudante general—Divisão.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— Foi presente a S. M. el-rei, commandante em chefe do exercito, o officio de v. ex.^a de 5 do corrente accusando a recepção da confidencial d'esta repartição de 3 do dito mez; e o mesmo augusto senhor me encarrega de dizer a v. ex.^a em resposta ao mencionado officio, que immediatamente se receberam o officio de v. ex.^a de 30 de janeiro, a que a dita confidencial se refere, logo se pediram providencias ao ministerio da guerra, a respeito da falta de meios para o fornecimento que v. ex.^a devia ter; e com effeito, hontem estavam para lhe ser remettidos por uma escolta, quando chegou a noticia do desastre acontecido á força do commando do major Ilharco, tendo-se depois mandado sobrestar na dita remessa, por constar que pela ausencia da columna de v. ex.^a e pelo dito acontecimento as estradas se achavam inundadas de guerrilhas; não sendo por isso prudente arriscar uma pequena força e dinheiro, em quanto v. ex.^a não estiver mais proximo, ou em quanto se não souber exactamente o estado da provincia.—Deos guarde a v. ex.^a—Quartel general no Paço das Necessidades, 10 de fevereiro de 1847.—*Barão de Sarmiento* ajudante general.— Illm.^o e exm.^o sr. V. de Setubal.

Á ÚLTIMA HORA

Por pessoas chegadas hoje do Alemtejo consta que o conde de Mello no dia 27 atacára de novo Extremoz, aonde entrára depois de tres horas de fogo, aprisionando o ex-barão de Extremoz e toda a guarnição.

Consta que Shwalbak fugira para Coruched'onde officiára ao governo dizendo que depois do ultimo desastre não tivera remedio senão retirar, e que se o governo lhe não mandasse socorros de gente e dinheiro viria até Lisboa, por que lhe vai desertando a gente.

Eis-aqui no que deram as bravatas dos latrofaciosos. Humilhado o fraco barão de Extremoz, talvez esteja de rojo aos pés do conde de Mello; se não morresse de susto com algum desmaio.